

RESIDÊNCIA COMO ESPAÇO POLÍTICO E SUA RELAÇÃO COM O SUS: A POTÊNCIA DO CONTROLE SOCIAL A PARTIR DE UMA PRÉ-CONFERÊNCIA COM POVOS DE TERREIRO

Política Social;; Desigualdade Racial em Saúde;; Equidade na Saúde.

Introdução

A Residência Multiprofissional em Saúde Mental constitui um espaço político-pedagógico de formação em serviço, articulando ensino, gestão, atenção e controle social. Além da qualificação profissional, fortalece práticas comprometidas com a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), da democracia participativa e da justiça social. Nesse contexto, a participação popular, assegurada pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei nº 8.142/1990, permite que usuários participem da formulação, fiscalização e avaliação das políticas públicas. Diante das iniquidades produzidas pelo racismo estrutural e institucional, torna-se fundamental ampliar espaços de participação para populações historicamente invisibilizadas, como os povos de terreiro e a população negra. O trabalho teve como objetivo relatar a construção de uma pré-conferência de saúde como estratégia de fortalecimento da participação social e da atuação dos residentes na construção de diretrizes para o SUS.

Métodos

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido por residentes de Saúde Mental durante a organização e mediação de uma pré-conferência realizada em maio de 2026, em um bairro no interior do Rio Grande do Sul, direcionada aos povos de terreiro e à população negra. A atividade utilizou metodologias participativas, com rodas de conversa e escuta qualificada, visando identificar demandas do território e construir propostas para a Conferência Municipal de Saúde.

Resultados / Discussão

A experiência evidenciou a residência como dispositivo de fortalecimento do controle social, aproximando comunidade, trabalhadores e gestão. Foram identificadas dificuldades relacionadas ao acesso à Estratégia Saúde da Família, insuficiência de profissionais médicos, demora para consultas e exames, fragilidade na comunicação entre serviços e usuários e barreiras de acesso para a população trabalhadora. Também emergiram relatos de racismo institucional, desrespeito às práticas culturais e religiosas dos povos de terreiro e desconhecimento, pelos serviços, das especificidades da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Como resultado da construção coletiva, foram aprovadas propostas voltadas à ampliação da oferta médica, flexibilização dos horários de atendimento, maior transparência nos fluxos de encaminhamento, fortalecimento das ações permanentes de promoção da saúde, implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, educação permanente sobre equidade racial, qualificação da atenção à saúde do homem, aproximação entre cursos de Medicina e comunidades tradicionais e garantia do respeito às práticas religiosas nos serviços de saúde. A experiência demonstra que a residência promove Educação Permanente em Saúde ao transformar o processo de trabalho por meio da reflexão crítica e da construção coletiva do cuidado. Os residentes atuaram como mediadores entre comunidade e gestão, favorecendo espaços democráticos capazes de enfrentar desigualdades decorrentes do racismo estrutural e fortalecendo a equidade e a participação social.

Considerações Finais

A pré-conferência evidenciou a residência multiprofissional como estratégia de fortalecimento da democracia participativa no SUS. Ao promover a escuta qualificada dos povos de terreiro e da população negra, possibilitou a construção coletiva de propostas comprometidas com a equidade, o reconhecimento da diversidade cultural e o enfrentamento do racismo institucional, reafirmando a formação em serviço como prática política essencial para o fortalecimento do controle social e para a consolidação de um SUS universal, integral e equânime.

Referência Bibliográfica

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990. BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1990.